

MERONÍMIA E (IN)ALIENABILIDADE EM APURINÃ

MERONYMY AND (IN)ALIENABILITY IN APURINÃ

Marília Fernanda Pereira de Freitas¹

Roseane Pereira Cordovil²

RESUMO

O presente artigo discute o fenômeno da meronímia na língua indígena Apurinã (família Aruák), que corresponde aos processos envolvidos na expressão das relações parte/todo (CRUSE, 2011). São poucos os trabalhos linguísticos descritivos que contemplam tal questão em línguas indígenas (KLEIN, 2000). Em Apurinã, os merônimos apresentam comportamento morfossintático específico, a depender da classe de nomes a que pertencem. A maioria dos merônimos em Apurinã é codificada sob a forma de nomes inalienáveis, que apresentam padrões de marcação morfológica diferentes daqueles dos nomes alienáveis, embora haja alguns casos de merônimos codificados como alienáveis, por exemplo, certas partes de plantas como *kawy-ry*³ (pupunha-N.POSSD⁴) ‘pupunha’/ *ny-kawy-re* (1SG-pupunha-POSSD) ‘minha pupunha’. Entre os inalienáveis, temos os merônimos relativos a partes do corpo (incluindo conceitos relacionados ao corpo, ainda que metaforicamente, e alguns conceitos abstratos), como *kanuke-txi* (braço.de⁵-N.POSSD) ‘braço (não se sabe de quem)’/ *py-kanuke* (2SG-braço.de) ‘teu braço’, que recebem o sufixo *-txi*; diferindo dos inalienáveis relativos aos termos de parentesco, que não recebem esse sufixo, pela impossibilidade de ocorrerem não possuídos, como em *nh-ithary* (1SG-irmão.de) ‘meu irmão’/ **ithary-txi* (irmão). Assim, o macrodomínio semântico dos merônimos em Apurinã se organiza de modo complexo, embora sistemático e, dada a carência de estudos desse fenômeno em línguas indígenas, justifica-se a relevância desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Meronímia. (In)alienabilidade. Apurinã.

ABSTRACT

This paper discusses the phenomenon of meronymy in the Apurinã indigenous language (Arawak family), which corresponds to the processes involved in the expression of part/whole relationships (CRUSE, 2011). There are few descriptive linguistic works that address this issue in indigenous languages (KLEIN, 2000). In Apurinã, meronyms show specific morphosyntactic behavior, depending on the class of nouns to which they belong. Most meronyms in Apurinã are encoded in the form of inalienable nouns, which have different morphological marking patterns from those of alienable nouns, although there are cases of meronyms encoded as alienable, for example, certain parts of plants such as *kawy-ry* (pupunha- N.POSSD) ‘pupunha’ / *ny-kawy-re* (1SG-pupunha (fruit)-POSSD) ‘my pupunha’. Among the inalienable nouns, we have, on one hand, the meronyms related to parts of the body (including concepts metaphorically related to the body, and some abstract concepts), such

¹ Universidade Federal do Pará, UFPA, mfpf31@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0001-7607-6077>.

² Universidade Federal do Pará, UFPA, roseanecordovil77@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2441-1272>.

³ Chave para a ortografia: y = [i]; ts = [ts]; x = [ʃ]; tx = [tʃ]; th = [c].

⁴ Abreviaturas usadas neste artigo: 1 = 1ª pessoa; 2 = 2ª pessoa; 3 = 3ª pessoa; SG = singular; PL = plural; POSSD = possuído; N.POSSD = não possuído; INTENS = intensificador; F = feminino; M = masculino; O = objeto; VBLZ = verbalizador.

⁵ Nomes inalienáveis em Apurinã são glosados desta maneira pelo fato de a posse fazer parte da entrada lexical de tais nomes.

as *kanuke-txi* (arm.of-N.POSSD) ‘arm (of somebody)’/ *py-kanuke* (2SG-arm.of) ‘your arm’, which receives the suffix *-txi*; and, on the other hand, we have the kinship terms, which do not receive this suffix, due to the impossibility of occurring non-possessed, as in *nh-ithary* (1SG-brother.of) ‘my brother’ / * *ithary-txi* (brother). Thus, the macro semantic domain of meronyms in Apurinã is organized in a complex (but systematic) way, and is a subject marked by a lack of studies in the context of indigenous languages.

KEYWORDS: Meronymy. (In)alienability. Apurinã.

Considerações iniciais

Os Apurinã, etnia indígena da família Aruák, vivem, principalmente, em comunidades espalhadas às margens do rio Purus e afluentes, no sudeste do estado do Amazonas, mas alguns vivem no Acre e em Rondônia. Estima-se que cerca de 10% da população (e hoje este número pode estar menor) ainda fale a língua, em geral os mais velhos (cf.: FACUNDES, 2000), por conta do intenso contato desse povo com os não-indígenas falantes de português, o que torna Apurinã uma língua ameaçada de extinção. O presente artigo faz parte de uma série de trabalhos de análise e descrição da língua Apurinã, entre os quais podemos destacar Facundes (2000), Freitas (2017) e Lima-Padovani (2020), além de alguns materiais de ensino da língua.

Em Facundes (2000), o autor apresenta um amplo estudo linguístico descritivo da língua Apurinã, cobrindo aspectos gerais de sua gramática. Freitas (2017) descreve a posse em construções verbais e nominais, oferecendo a classificação mais atual para a categoria dos nomes na língua, a qual será utilizada neste artigo. Lima-Padovani (2000) apresenta uma proposta de macro e micro estrutura para ao dicionário geral da língua Apurinã. Entretanto, a língua ainda carecia de estudos que contemplassem aspectos gramaticais mais específicos, tais como a meronímia.

Sobre o fenômeno semântico meronímia, pode-se dizer que são raros os trabalhos que investigam essa questão em línguas indígenas. No levantamento bibliográfico realizado, um único trabalho sobre meronímia em línguas indígenas foi encontrado (KLEIN, 2000). Dada essa carência de estudos sobre o assunto, justifica-se a relevância da pesquisa aqui apresentada, que se volta para a descrição morfosintática e semântica do fenômeno meronímia em Apurinã, investigação que se deu no âmbito de um projeto de pesquisa⁶ desenvolvido na Universidade Federal do Pará, envolvendo professores e alunos de iniciação científica, a partir de 2019. Adicionalmente, os resultados até então obtidos no referido projeto permitiram a elaboração de um vocabulário⁷ ilustrado em formato de *e-book* (atualmente em fase de diagramação), o qual será utilizado como ferramenta didático pedagógica de ensino nas escolas Apurinã, visando a valorização e fortalecimento da língua.

Para a presente pesquisa, que tem como objetivo central descrever morfosintaticamente e semanticamente os merônimos em Apurinã, inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico acerca de questões relativas ao fenômeno meronímia, com base em autores como Cruse (2011),

⁶ Projeto intitulado “Meronímia em Apurinã: relações parte/todo e (in)alienabilidade em construções nominais”, coordenado por uma das autoras do presente artigo, com vigência de agosto de 2019 a julho de 2021.

⁷ FREITAS, M. *et al.* *Pupÿkary Tywy, Takarena, Ìthu Ykynypuku*: palavras para objetos, plantas, corpo e suas partes em Apurinã. 1. ed. – Universidade Federal do Pará – Belém, Pará, 63 p. (no prelo)

Winston, Chaffin e Herrmann (1987), entre outros, relacionando tal fenômeno à categoria de posse e à (in)alienabilidade, conforme Stassen (2009), o que será tratado na primeira seção do presente artigo. Em seguida, buscou-se investigar como a meronímia se manifesta em certas línguas indígenas da América do Sul, com base em Klein (2000), objeto da segunda seção deste trabalho. Por fim, foi feita a seleção e análise morfossintática e semântica de merônimos na língua Apurinã, a partir de dados lexicais e textuais obtidos principalmente em Freitas (2017), trabalho resultante de pesquisas de campo realizadas entre 2014 e 2016, além de dados obtidos em Facundes (2000) e Lima-Padovani (2020), seção que corresponde à parte central da pesquisa aqui apresentada e precede as considerações finais.

1. Discutindo os conceitos de meronímia, posse e (in)alienabilidade

O fenômeno meronímia (também conhecido como partonímia), diz respeito a um tipo de relação semântica que envolve a noção de parte/todo, em que o todo se refere ao holônimo, enquanto que a parte corresponde ao merônimo (CRUSE, 2011), como nos pares mesa/tampo, bolo/fatia, rosto/olho, por exemplo. Diferentemente da hiponímia/hiperonímia, uma relação semântica de inclusão de um “elemento” em relação a uma “classe de elementos”, respectivamente (por exemplo, “onça”, com relação a “animais”), a meronímia não pressupõe o pertencimento a uma classe, mas sim o pertencimento a um todo; em outras palavras, a relação meronímica pressupõe que um certo elemento é parte constitutiva de um todo, não que tal elemento corresponde a um exemplar representativo de uma classe de elementos. Em “porta do armário”, pode-se dizer que “a porta faz parte do armário”, mas não se pode dizer que “a porta é um tipo de armário”, neste caso, temos o merônimo “porta” e o holônimo “armário”. Por outro lado, em casos de hiponímia/hiperonímia, podemos perfeitamente dizer que a “onça” é um tipo de “animal”, que o “lápiz” é um tipo de “material escolar” ou que “Parecetamol” é um tipo de remédio.

De todo modo, as relações meronímicas nem sempre são claras, havendo fronteiras “movediças” na compreensão dessa noção. Em certos casos, os falantes de uma língua não têm certeza em dizer se, de fato, um elemento é ou não parte de um todo (cf.: CRUSE, 2011); por exemplo, quanto à palavra “rodas”, com relação a uma “cadeira”, pode haver discordâncias, já que o julgamento acerca dessa questão depende de fatores contextuais: alguns podem não ter certeza ao classificar “rodas” como sendo parte de uma “cadeira”, mas estes estarão mais inclinados a concordar com isso se essas “rodas” forem necessárias ao bom funcionamento da cadeira (se, por exemplo, tratar-se de uma cadeira de rodas ou uma cadeira giratória de escritório, diferentemente de uma cadeira da sala de jantar).

Segundo Cruse (2011), há cinco características que compõem, em termos prototípicos, não absolutos, a noção de meronímia, quais sejam: necessidade, integracionalidade, distinção, motivação e congruência (esta última composta por três traços: alcance, fase e tipo). Cada uma dessas características será brevemente descrita nos parágrafos a seguir.

Sobre a característica *necessidade*, pode-se dizer que, em certos casos, algumas partes são necessárias ao bom funcionamento de seu todo. Por exemplo, uma “bateria” é necessária para que um “celular” funcione, mas uma “tampa” nem sempre é necessária para que uma “panela” funcione.

Assim, quanto mais necessária uma parte for para o bom funcionamento de seu todo, mais prototípica será a relação meronímica estabelecida.

Em se tratando da *integracionalidade*, pode-se dizer, por exemplo, que um “teclado” é parte de um “notebook” e que, visivelmente, o primeiro está bem integrado ao segundo, bem “colado”. A relação de um “mouse USB” (não o mouse que vem logo abaixo do teclado do notebook) com um “notebook”, por outro lado, é diferente, pois há uma menor integração entre um e outro. Assim, tanto mais prototípico um merônimo será quanto mais integrado este for a seu holônimo.

Quanto à *distinção* [*discreteness*], é fácil notar que a “unha”, por exemplo, é uma parte do “dedo” e é bem visível onde a unha começa e termina; em se tratando da “ponta” da língua, por outro lado, é mais difícil perceber onde esta termina, em relação ao todo “língua”. Nestes termos, quanto mais perceptível como algo “individualizado” uma dada parte for, mais evidente será seu status enquanto merônimo.

Sobre a *motivação*, tem-se o exemplo de um “telhado” de uma “casa”, o qual serve para mantê-la resguardada das intempéries do tempo; já a “lente” da “lupa” permite que esta amplie objetos. Assim, de modo geral, um merônimo prototípico tende a ter alguma função clara, específica, com relação a seu holônimo, ou seja, uma parte, prototipicamente, exerce uma função específica para o bom funcionamento de seu todo.

Quanto à *congruência*, esta característica está subdividida em três traços: i) alcance, ii) fase e iii) tipo. O alcance [*range*] diz respeito ao fato de que, em geral, os merônimos tendem a ser menos genéricos que os holônimos; no entanto, há casos de merônimos relativamente genéricos, como, por exemplo “alça” (que pode ser merônimo de “xícara”, “mala” ou “bolsa”, por exemplo). Serão mais prototípicos aqueles merônimos que tiverem “congruência de alcance” (CRUSE, 2011, p. 139), isto é, que sejam partes específicas de um todo específico, como em “sobancelha”, com relação a “rosto”, por exemplo. Em relação ao segundo traço, a fase, verifica-se que os merônimos e seus respectivos holônimos, prototipicamente, apresentam “congruência de fase”, ou, em outras palavras, que estes existem em um mesmo ponto da escala temporal, em um mesmo momento. Quanto ao terceiro traço, o tipo, considera-se que, em termos prototípicos, os merônimos e seus holônimos têm uma mesma natureza, uma mesma substância; isto é, se um holônimo for um “objeto” ou “indivíduo” ou “evento” etc., seu merônimo também será.

Definida a noção de meronímia em termos prototípicos, passa-se ao exame desse fenômeno quanto a subtipos semânticos, isto é, diferentes tipos de relações meronímicas. Nesse sentido, Cruse (1986 apud SOUSA, 2013, pp. 11-2) distingue relações as quais considera como verdadeiramente meronímicas daquelas que são “tangenciais” à meronímia; assim, o autor afirma haver o que ele chama de meronímia central (em geral, denotando a relação objeto/parte constitutiva do objeto, como nos pares sapato/cadarço, lápis/grafite, livro/páginas); em oposição às meronímias periféricas (outras relações meronímicas expressas em pares como Pará/Belém (lugar), ano/mês (tempo), quilômetro/metro (medida), nuvem/gafanhoto (coletividade), goma/tapioca (ingrediente), areia/grão (partícula).

De modo mais sistemático, Winston, Chaffin & Herrmann (1987) propõem seis tipos de relações meronímicas: a) componente integral/ objeto, como em livro/capa, uma vez que a capa faz parte do livro; b) coleção/ membro: como em esquadrilha/avião, já que, em um conjunto, o avião faz parte da esquadrilha; c) massa/ porção (o que KLEIN (2000) classifica como homeomerônimo, o que será discutido mais adiante), como no par bolo/fatia, já que uma fatia é uma parte do bolo; d) material/ objeto, como em argila/tijolo, já que o tijolo é um produto feito de uma porção de barro; e) atividade/ traço, fase [*feature*], como no par dirigir/girar a chave, uma vez que dar partida no carro com a chave faz parte do evento de dirigir; f) lugar/área, como em Belém/Ver-o-Peso, uma vez que a feira do Ver-o-Peso faz parte de Belém.

Após examinarmos o fenômeno meronímia e algumas propostas de classificação quanto a subtipos semânticos de merônimos, faz-se necessário levantar uma discussão acerca de como tal fenômeno se relaciona com o conceito de posse. A categoria de posse é um traço universal das línguas do mundo e se refere, em termos semânticos, a uma relação que pressupõe a existência de dois participantes: um possuidor e um item possuído (STASSEN, 2009). Mas em que medida o conceito de posse se relacionaria à noção de meronímia? Para responder a este questionamento, vejamos os exemplos: (i) “sola do sapato”; (ii) “porta da geladeira”; (iii) “botão do controle remoto”. Um falante de português concordaria com as afirmações de que “sapatos têm sola, pois a sola é uma parte do sapato”, “geladeiras têm porta, pois a porta é uma parte da geladeira” e “controles remotos têm botões, pois o botão faz parte do controle remoto”; assim, nos exemplos (i), (ii) e (iii) temos casos de meronímia, em que os itens possuídos “sola”, “porta” e “botão” corresponderiam a merônimos dos holônimos “sapato”, “geladeira” e “controle remoto”, os possuidores da relação de posse. Assim, a posse está relacionada à meronímia pelo fato de, nos dois casos, haver uma relação entre duas entidades, o possuidor/holônimo e o item possuído/merônimo, sendo que, no caso específico da meronímia, há uma relação de inclusão de uma determinada parte com relação a seu todo.

Ao se falar de posse, uma questão importante para a compreensão desse conceito diz respeito à distinção alienável vs. inalienável, também relevante para a compreensão do fenômeno da meronímia. Conforme Stassen (2009), na posse *alienável*, de modo geral, os participantes da relação de posse, o possuidor e item possuído, estabelecem uma relação não inerente, ou seja, a relação entre eles não é indissociável, indissolúvel, o que se pode ver em exemplos como “o brinco da Patrícia”, “o vaso da sala”, “a roda do carro”. Pode-se dizer, sobre esses exemplos, que o possuidor “Patrícia” pode dar seu “brinco” para alguém; o “vaso” pode ser levado da “sala” para a cozinha; a “roda” do “carro” pode ser trocada. Assim, nesses exemplos, a relação de posse não é inerente aos respectivos possuidores, uma vez que pode ser desfeita. Há de se notar que, entre os três exemplos, “roda do carro” é o único que se enquadra na noção de meronímia, uma vez que o “brinco” não faz parte de “Patrícia”; o “vaso”, embora esteja nesse ambiente, não faz parte da “sala”, mas a “roda” é parte integrante e necessária para o funcionamento do “carro”.

Quanto à posse inalienável, esta expressa, prototipicamente, relações de posse envolvendo partes do corpo e termos de parentesco, incluindo, em certas línguas, relações parte-todo, relações sociais, objetos da cultura material ou os agentes ou pacientes de uma ação (STASSEN, 2009). Nesses casos de posse, a relação estabelecida entre possuidor e item possuído é indissolúvel ou inerente, em termos prototípicos. Na construção “o pai do Afonso”, por exemplo, o possuidor “Afonso” não pode diluir o laço consanguíneo que estabelece com seu genitor; em “meu joelho”, pode-se dizer que, em circunstâncias normais⁸, não se pode simplesmente abrir mão de uma parte do próprio corpo. Nos dois exemplos temos casos de meronímia, já que relações de parentesco acarretam o pertencimento a uma família da qual se faz parte e um “joelho” necessariamente faz parte de um certo corpo.

Os conceitos apresentados nesta seção, relativos à meronímia, posse e (in)alienabilidade, servirão de base para o exame de como a meronímia é codificada na língua Apurinã. Antes, entretanto, é importante apresentar uma amostra de como esse fenômeno se comporta em outras línguas indígenas. Para tanto, recorreremos a Klein (2000), único trabalho linguístico descritivo encontrado, no levantamento bibliográfico realizado, que se volta para a investigação de como a meronímia se manifesta em certas línguas indígenas da América do Sul, o que será objeto da próxima seção.

2. Codificação da meronímia em línguas indígenas da América do Sul

Há certa carência, em se tratando de estudos relativos à manifestação do fenômeno meronímia em línguas indígenas. De fato, como dito anteriormente, o único estudo atestado sobre o assunto foi realizado por Klein (2000), uma pesquisa de natureza tipológico-comparativa, em que a autora investiga o fenômeno da meronímia em dezoito línguas indígenas da América do Sul.

Klein (2000) enfatiza a complexidade implicada em relações parte/todo, mostrando que há diferentes tipos de relações meronímicas, cada uma com propriedades semânticas específicas como, por exemplo, a relação componente/objeto e a relação porção/massa (vimos acima a proposta de WINSTON, CHAFFIN e HERRMANN (1987), que abrange, ainda, outras categorias de merônimos). Sobre esta última, a autora afirma que casos de meronímia envolvendo porção/massa são denominadas homeomerônimas, ou seja, quando a “parte” corresponde a uma amostra de um “todo” homogêneo, como em “fatia de pão”, por exemplo, isto é, um ‘pedaço’ de uma substância uniforme, não necessariamente uma “peça” de um “componente”. De modo mais claro, uma “fatia de pão” só é percebida enquanto “fatia” depois de ser cortada do “pão”. Comparando-se esse exemplo com aquilo que propõe Cruse (2011), este seria um caso menos prototípico de meronímia, no que se refere ao traço “discrição”, uma vez que a “fatia” parece uma parte menos perceptível de seu todo, só reconhecida ao ser cortada do “pão”, o que parece se aplicar aos homeomerônimos em geral.

No estudo de Klein (2000), são apresentadas as diferentes estratégias utilizadas para a codificação de relações meronímicas em dezoito línguas indígenas da América do Sul, faladas na Argentina, no

⁸ Pode-se pensar em circunstâncias tais como as de um transplante de órgãos, em que seria possível abrir mão de uma parte do corpo, mas há de se concordar que esta é uma circunstância excepcional.

Chile, no Paraguai, no Brasil, na Colômbia, na Venezuela e no Peru. Dentre tais estratégias, as mais relevantes para a compreensão do que ocorre na língua Apurinã, em termos de relações parte/todo, estão ligadas às noções de posse e de (in)alienabilidade.

Em se tratando da manifestação da meronímia nas línguas pesquisadas, a autora afirma que: “Provavelmente, o mecanismo mais frequentemente utilizado para marcar a distinção [*parte/todo*] [...] é por meio de construções possessivas⁹” (KLEIN, 2000, p. 84, *tradução das autoras*). Dentre os exemplos apresentados pela autora, temos o caso da língua Toba (Família Guaicuru), em que a meronímia vem codificada sob a forma de construções de posse pela ordem com que os nomes estão dispostos. Assim, o primeiro nome da construção se refere ao possuidor e o segundo ao item possuído, conforme os exemplos abaixo (KLEIN, 2000, p. 85):

- (1) ‘ipaq ‘layi
 madeira pedaço
 ‘pedaço de madeira’
- (2) pike lamo
 braço tronco
 ‘parte superior do braço’

Na língua acima, conforme os exemplos, tanto os homeomerônimos (relação porção/massa) quanto os merônimos que expressam a relação componente/objeto são codificados da mesma maneira, pela justaposição de um possuidor e seu item possuído, nesta ordem.

Sobre a relação estabelecida entre meronímia e posse em parte das línguas pesquisadas, Klein (2000, p. 88, *tradução das autoras*) afirma que: “[...] a relação parte/todo é expressa entre possuidor e possuído. O possuidor é usualmente também traduzido como equivalente ao ‘todo’, enquanto que o possuído é usualmente traduzido como equivalente à ‘parte’¹⁰”. A autora acrescenta que, em algumas dessas línguas, o “todo” precede a “parte”, enquanto que em outras ocorre o contrário; em um caso ou outro, este parece ser um padrão comum às línguas de uma mesma família.

Um outro ponto destacado pela autora diz respeito à relação entre meronímia e as noções de alienabilidade e inalienabilidade. Segundo Klein (2000), prototipicamente, em termos semânticos, nomes alienáveis não são necessariamente possuídos, enquanto que os inalienáveis são obrigatoriamente possuídos¹¹, semelhantemente àquilo que foi proposto por Stassen (2009). A relação entre (in)alienabilidade e meronímia se dá na medida em que, por exemplo, frequentemente as partes do corpo humano vêm codificadas sob a forma de nomes inalienáveis nas línguas do mundo, enquanto que construções de posse alienável podem expressar certas relações parte/todo não inerentes.

⁹ “Probably the most often utilized mechanism for making the distinction, however, is through possessive constructions”.

¹⁰ “[...] the whole-part relation is expressed between possessor and possessed. The possessor is usually also translated as equivalent to ‘whole’, whereas the possessed is usually translated as equivalent to ‘part’”.

¹¹ A maneira como as línguas marcam morfossintaticamente a distinção alienável/ inalienável é definida no interior de cada sistema linguístico, o que é algo distinto da noção semântica de (in)alienabilidade.

Como exemplo, Klein (2000) cita a língua Mataco, língua da família Mataguaio em que a expressão de partes de um todo, incluindo os termos de parentesco e objetos manufaturados, se dá sob a forma de construções de posse inalienável. A seguir, alguns exemplos dessa língua (HUNT, 1940 apud KLEIN, 2000, p. 89):

(3) kwe cho
mão fundo
'palma da mão'

(4) pa cho
pé fundo
'sola do pé'

Além da posse e da (in)alienabilidade, a autora cita outros mecanismos por meio dos quais a meronímia pode ser codificada, no âmbito das 18 línguas pesquisadas, tais como: o uso de classificadores, que operam na identificação de partes do corpo em certas línguas; o uso de verbos na expressão de relações parte/todo; e o uso da expressão "parte de". Há polissemia implicada em relações meronímicas, com relação à expansão de significados; além de haver o uso metafórico na expressão de relações parte/todo. Entretanto, na presente seção focalizamos apenas dois dos mecanismos apontados por Klein (2000), a posse e a relação inalienabilidade vs. alienabilidade, por estes serem efetivamente relevantes para a compreensão do fenômeno meronímia na língua Apurinã, o que será discutido na próxima seção.

3. Meronímia em Apurinã

Os merônimos, na língua Apurinã, pertencem à classe dos nomes, os quais apresentam características morfossintáticas específicas (cf.: FACUNDES, 2000), e cuja classificação está intimamente relacionada à posse e à (in)alienabilidade. Essa classe de palavras, que já foi objeto de diferentes propostas de classificação (FACUNDES, 1995 e 2000; BRANDÃO, 2006; FREITAS, 2017), na proposta mais atual (que considera não apenas os padrões de marcação morfológica de nomes, mas também sua maior ou menor ocorrência em construções de posse em dados textuais, entre outros parâmetros semânticos e pragmáticos) inclui: a) nomes inalienáveis; b) nomes alienáveis; c) nomes não-possuíveis¹². A depender da classe de nomes a que pertencem, os merônimos apresentam uma codificação linguística específica. Neste artigo, focalizaremos apenas as características de nomes inalienáveis e alienáveis, por serem essas necessárias à compreensão do fenômeno meronímia em Apurinã.

Em se tratando dos nomes inalienáveis, estes apresentam a posse como parte inerente de sua entrada lexical, isto é, são obrigatoriamente possuídos (muito embora haja, como será visto mais

¹² Em Apurinã, nomes não possuíveis se referem àqueles que não ocorrem em construções de posse, ou seja, a noção de (in)alienabilidade não se aplica a eles. Semanticamente, correspondem a nomes próprios e termos genéricos que designam a denominação de grupos étnicos, além de palavras como *kãkiti* 'gente'.

adiante, um sufixo que “suspende” esse *status*); quanto a seus padrões de marcação morfológica, são não marcados em construções de posse (ao contrário dos alienáveis, que recebem sufixo marcador de posse); adicionalmente, em textos, ocorrem mais frequentemente possuídos do que não possuídos. No interior dos inalienáveis, duas subclasses diferentes de nomes ocorrem: i) nomes cuja posse obrigatória pode ser “suspensa” pelo acréscimo do sufixo de não posse *-txi*, incluindo as partes do corpo e conceitos relacionados ao corpo, objetos de uso pessoal e alguns conceitos abstratos; e ii) nomes aos quais o sufixo *-txi* não pode ser agregado, uma vez que não podem ocorrer sem um possuidor, subclasse a que pertencem exclusivamente os termos de parentesco. Abaixo, exemplos de ambas as subclasses de inalienáveis:

- | | | | | |
|-----|----|---|----|--|
| (5) | a. | ny-kywy
1SG-cabeça.de
'minha cabeça' | b. | kywĩ ¹³ -txi
cabeça.de-N.POSSD
'cabeça (não se sabe de quem)' |
| (6) | a. | y-waku
3SG-mão.de
'mão dele' | b. | wakũ-txi
mão.de-N.POSSD
'mão (não se sabe de quem)' |
| (7) | a. | nh ¹⁴ -ithary
1SG-irmão.de
'meu irmão' | b. | *ithary-txi
irmão.de-N.POSSD
(irmão, não se sabe de quem) |

Nos exemplos, em (5) e (6) têm-se merônimos relativos às partes do corpo humano; já no exemplo (7) ocorre um merônimo que expressa relação de parentesco (“irmão” é merônimo do holônimo “família”), que apresenta um comportamento morfossintático diferente dos exemplos (5) e (6), uma vez que se torna agramatical, quando do acréscimo do sufixo *-txi*, dada a impossibilidade de sua ocorrência sem que seu possuidor exista. Assim, *nhithary* ‘meu irmão’ pertence a um subconjunto de nomes inalienáveis (que não ocorrem com *-txi*), diferente do subconjunto a que pertencem (5) e (6), que podem ocorrer com o sufixo *-txi*.

Os nomes alienáveis, por seu turno, têm a posse enquanto uma categoria opcional e, quando possuídos, são marcados por um conjunto de sufixos especializados, *-re₁*¹⁵, *-te*, *-ne*, *-re₂*; em textos, ocorrem mais frequentemente não possuídos do que possuídos (cf.: FREITAS, 2017). Também os alienáveis dividem-se em subclasses, quais sejam: i) nomes marcados apenas na

¹³ Ocorre uma nasalização da vogal final de certos nomes a que *-txi* se liga, o que parece ser determinado por um condicionamento lexical. Adicionalmente, no exemplo em questão, há uma mudança fonologicamente condicionada da vogal /y/, que passa a /i/ diante de segmentos palatais (cf.: FACUNDES, 2000).

¹⁴ Em Apurinã, a forma proclítica pronominal que marca a primeira pessoa do singular, *ny-*, sofre alomorfa fonologicamente condicionada, em que *ny-* passa a *nhi-* diante de segmentos palatais. No caso de *nhitary* ‘meu irmão’, o /i/ do proclítico /nhi/ acaba sofrendo elisão diante de /i/.

¹⁵ Os números subscritos em *-re₁* e *-re₂* decorrem do fato de que, embora sincronicamente tais sufixos apresentem a mesma forma, diacronicamente têm origens diferentes, conforme reconstrução feita por Payne (1991).

forma possuída por *-te*, *-ne* e *-re₁*; e ii) nomes marcados tanto na forma possuída (por *-re₂*) quanto na forma não possuída (por *-ry*). O uso de cada um desses sufixos é lexicalmente condicionado¹⁶, ou seja, juntamente com a entrada lexical de cada nome alienável deve ser armazenada a informação sobre com qual sufixo de posse tal nome ocorre, muito embora seja possível prever algumas subgeneralizações de ordem semântica, pragmática e morfossintática que interferem na escolha entre *-te*, *-ne*, *-re₁* e *-re₂* (cf.: FREITAS, 2017). Os próximos exemplos ilustram a ocorrência de cada um desses sufixos de posse alienável com merônimos:

- | | | | | |
|-----|----|--------------------|----|----------------------------------|
| (8) | a. | <i>ãapytsa</i> | b. | <i>n¹⁷-ãapytsa-te</i> |
| | | cipó.de.árvore | | 1SG-cipo.de.árvore-POSSD |
| | | ‘cipó (de árvore)’ | | ‘meu cipó (de árvore)’ |

Observe-se que, em (8), o nome *ãapytsa*, originalmente, é um nome inalienável, em que o prefixo *ãa-* é uma forma classificatória genérica para coisas relacionadas ao conceito ‘árvore’; entretanto, em um contexto pragmático tal que alguém corte um cipó de uma árvore para seu próprio uso, é possível dizer *nãapytsate* ‘meu cipó (de árvore)’. Neste ponto, cabe uma reflexão sobre o conceito “cipó”, que é merônimo do holônimo “árvore”, em que temos a forma *ãa-* ‘relativo à árvore’ representando o possuidor/holônimo, bem como a forma *-pytsa* ‘cipó de’, representando o item possuído/merônimo; por outro lado, em *nãapytsate* ‘meu cipó’, não se pode dizer que a primeira pessoa do singular ‘meu’ (embora seja o possuidor da construção) seja holônimo de *ãapytsa* ‘cipó de árvore’; portanto, a relação meronímica, nesse caso, se dá entre “cipó” com relação a “árvore” (uma vez que o cipó faz parte da árvore), não entre “cipó” e o pronome “meu” (já que o cipó não é parte desse “eu”).

A seguir, temos exemplos da ocorrência de outros dois sufixos de posse alienável com merônimos:

- | | | | | |
|------|----|----------------|----|-------------------------------|
| (9) | a. | <i>puriti</i> | b. | <i>ny-puriti-ne</i> |
| | | pimenta | | 1SG-pimenta-POSSD |
| | | ‘pimenta’ | | ‘minha pimenta’ |
| (10) | a. | <i>kawy-ry</i> | b. | <i>ny-kawy-re₂</i> |
| | | pupunha-N.POSD | | 1SG-pupunha-POSSD |
| | | ‘pupunha’ | | ‘minha pupunha’ |

¹⁶ Ainda que se possa encontrar correlatos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos na utilização desses sufixos, estes não se estendem a todos os casos. Por isso, ainda se sustenta a hipótese de que cada um desses sufixos deve ser armazenado como parte da entrada lexical de cada nome. É possível que esses correlatos tenham origem diacrônica, mas, com os dados da língua de hoje, não é possível afirmar categoricamente que o que condiciona a ocorrência desses sufixos é de ordem semântica, morfossintática ou pragmática, muito embora encontremos essas correlações em certos casos.

¹⁷ A forma pronominal proclítica de primeira pessoa do singular *ny-* também sofre outra alomorfa fonologicamente condicionada, em que /ny-/ passa a /n-/, quando diante de vogal.

Em (9) temos o merônimo “pimenta”, referente ao holônimo “pimenteira”, que vem codificado sob a forma de um nome alienável marcado na forma possuída pelo sufixo *-ne*. Já em (10) temos o merônimo “pupunha”, fruto da “pupunheira”, pertencente à classe de alienáveis marcados tanto na forma possuída (por *-re₂*) quanto na forma não possuída (por *-ry*).

Sobre a ocorrência do último sufixo de posse alienável, *-re₁*, com merônimos, observe-se o exemplo abaixo:

- | | | | |
|---------|-------------------------|----|-------------------------------|
| (11) a. | ãatxapata | b. | ny-ãatxapata-re ₁ |
| | forquilha.de.árvore | | 1SG-forquilha.de.árvore-POSSD |
| | ‘forquilha (de árvore)’ | | ‘minha forquilha (de árvore)’ |

Temos em (11), acima, um caso semelhante àquele caso visto no exemplo (8), uma vez que o nome *ãatxapata* se refere a um galho de árvore em forma de forquilha (em que *ãa-*, como dito anteriormente, é uma forma classificatória genérica para conceitos relacionados à *ãamyna* ‘árvore’), literalmente significando ‘forquilha da árvore’, que é um nome inalienavelmente possuído. No entanto, em um contexto pragmático em que se corta uma forquilha da árvore para uso pessoal, pode-se dizer ‘minha forquilha (da árvore)’, mas, nesse caso, a posse é marcada alienavelmente. Assim como em (8), a relação meronímica, no caso de *ãatxapata*, se dá entre o possuidor/holônimo “árvore” e o item possuído/merônimo “forquilha”.

Há de se enfatizar que, em Apurinã, a maioria dos merônimos pertence à classe dos nomes inalienáveis, sendo que foram atestados poucos casos em que elementos dessa classe semântica vêm codificados sob a forma de nomes alienáveis. Com base nos dados apresentados, é possível dizer que boa parte do que Klein (2000) apresenta, acerca da codificação da meronímia em línguas da América do Sul, se aplica à língua Apurinã, já que, em parte das línguas apresentadas pela autora, tanto a posse quanto a (in)alienabilidade são expedientes que se manifestam, entre outros aspectos, por meio de questões morfossintáticas e semânticas que operam na codificação linguística dos merônimos, como ocorre em Apurinã.

4. Discussão

Nesta seção, analisaremos os resultados da presente pesquisa, que busca apresentar uma caracterização morfossintática e semântica dos merônimos em Apurinã. Para tanto, inicialmente, apresentaremos os diferentes subtipos semânticos de merônimos encontrados em Apurinã, conforme classificação proposta por Winston, Chaffin e Herrmann (1987), conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Subtipos semânticos de merônimos em Apurinã.

Subtipos semânticos de merônimos	Exemplos em Apurinã
Componente / objeto integral	<i>xamynaky</i> ‘espingarda’/ <i>paraky</i> ‘cartucho’
Coleção/ membro	<i>anhiukype</i> ‘nuvem de pernilongos’/ <i>anhiu</i> ‘pernilongo’
Massa/ porção	<i>kumyrype</i> ‘massa de mandioca’/ <i>katarukyry</i> ‘farinha’
Material/objeto	<i>kypatxi</i> ‘barro, areia’/ <i>kupiti</i> ‘panela de barro’
Atividade/ traço	<i>aiata</i> ‘caçar’/ <i>etiĩākynyta</i> ‘procurar rastro’
Lugar/área	<i>Tapauá</i> ‘Tapauá’/ <i>Itixi Mithary</i> ‘Terra Grande’

Fonte: elaboração das autoras.

No quadro acima, observa-se que o merônimo *paraky* ‘cartucho’ corresponde à parte do objeto *xamynaky* ‘espingarda’. Exemplos como este parecem ser os casos mais frequentes de relação meronímica em Apurinã, denotando a ideia de parte constitutiva de um referente integral.

Na análise do *corpus* da pesquisa, constituído por dados lexicais e textuais obtidos em Facundes (2000), Freitas (2017) e Lima-Padovani (2020), foi atestado um único exemplo da relação coleção/membro, no caso, *anhiu* ‘pernilongo’, merônimo do holônimo *anhiu-ky-pe* ‘nuvem de pernilongos’, este último composto pelo lexema *anhiu* ‘carapana’, seguido do nome classificatório¹⁸ *-ky* ‘pequeno’ mais o nome classificatório *-pe* ‘massa de’. Na língua, a ideia de coletividade, em geral, parece ser mais frequentemente expressa gramaticalmente pelos morfemas de plural, como em *sytu-waku-ru* (mulher-PL-F) ‘mulherada, mulheres’ ou *sytu-ny-ru* (mulher-PL-F) ‘mulheres, mulherada’, ou pelo uso de quantificadores, por exemplo, *ithu-pyty-ry ākyty* (ter.muito-intens-3SG.M.O onça) ‘tem muita onça’.

No par *kumyrype* ‘massa de mandioca’/ *katarukyry* ‘farinha’, temos que a massa de mandioca é produto beneficiado da mandioca, *kumyry* em Apurinã, sendo o sufixo *-pe* um nome classificatório que designa ‘massa de’. Nesse sentido, *katarukyry* ‘farinha’ é produto do beneficiamento da mandioca, cuja massa, *kumyrype*, é drenada e o bagaço é torrado e vira farinha; em outros termos, a farinha (*katarukyry*) é uma porção de massa de mandioca (*kumyrype*) drenada e torrada.

Em *kypatxi* ‘barro, areia’/ *kupiti* ‘panela de barro’, temos a relação meronímica material/objeto, uma vez que a panela de barro é um produto, obviamente, feito de barro, em que esta última, em termos meronímicos, pode ser compreendida como uma porção de barro manufaturada e transformada em panela.

Sobre a relação meronímica atividade/traço, temos o exemplo do par *aiata* ‘caçar’/ *etiĩ-ĩākyny-ta* (olhar-rastro-VBLZ) ‘procurar rastro’, sendo que este último corresponde a um merônimo do evento “caçar” constituído morfologicamente por aquilo que parece ser uma forma reduzida do verbo *etyka*

¹⁸ Segundo Facundes (2000), os nomes classificatórios são formas presas, inalienáveis, recorrentes, constituindo partes de nomes compostos, com funções classificatórias, sendo que um subconjunto desses nomes pode apresentar extensões metafóricas.

¹⁹ A forma *ety-*, normalmente, tem sido atestada apenas com o morfema verbal *-ka*, em *ety-ka*, que marca predicados em Apurinã. Não está claro se *ety* é uma forma reduzida ou não de *etyka*, mas esta é a hipótese adotada aqui.

‘olhar’ (em que a marca de predicado *-ka* é retirada e /y/ passa a /i/, por estar diante de segmento palatal, além de sofrer nasalização, assimilada do segmento /ã/) mais o nome *iãkyny* ‘rastro’, seguido do verbalizador *-ta*.

No quadro 1, a relação meronímica lugar/área pode ser vista em *Tapauá*, município do estado do Amazonas, que funciona como holônimo de merônimo *Itixi Mithary*, nome de terra indígena que faz parte do município de Tapauá.

Após a apresentação dos subtipos semânticos de merônimos em Apurinã, serão apresentados os diferentes padrões de marcação morfológica dessa classe semântica na língua, conforme quadro 2, abaixo:

Quadro 2: Classificação dos merônimos em Apurinã quanto aos padrões de marcação morfológica

Quanto à (in) alienabilidade	Padrões	Exemplos
INALIENÁVEIS	com <i>-txi</i> na forma não possuída	<i>kîpita-txi</i> ‘orelha (não se sabe de quem)’ <i>ny-kîpita</i> ‘minha orelha’
	sem possibilidade de forma não possuída ²⁰	--- <i>ny-nyru</i> ‘minha mãe’
ALIENÁVEIS	marcado por <i>-te</i>	<i>maky</i> ‘castanha’ <i>ny-maky-te</i> ‘minha castanha’
	marcado por <i>-ne</i>	<i>xirîka</i> ‘seringa, látex’ <i>nhi-xirîka-ne</i> ‘minha seringa, meu látex’
	marcado por <i>-re₁</i>	<i>ãatxapata</i> ‘forquilha’ <i>ny-ãatxapata-re</i> ‘minha forquilha’
	marcado por <i>-re₂</i> (possuído) e <i>-ry</i> (não possuído)	<i>txipuku-ry</i> ‘fruta’ <i>nhi-txipuku-re</i> ‘minha fruta’

Fonte: elaboração das autoras.

Como dito anteriormente, a maioria dos merônimos em Apurinã vem codificada sob a forma de nomes inalienáveis, muito embora ainda não tenha sido feito um levantamento quantitativo sistemático acerca do assunto. Nossa análise se baseia na percepção de que, nos textos e dados analisados, foram muito mais recorrentes os merônimos relativos a nomes inalienáveis. No quadro 2, temos o nome inalienável *kîpitaxi* ‘orelha’, dentre os numerosos merônimos relativos às partes do corpo humano e de animais; os termos de parentesco (classe semântica de merônimos do holônimo família, *nynyrymanywakury* — 1SG-parente.de-PL-M — ‘meus parentes, minha família’), como *nynyru* ‘minha mãe’, constituem uma classe de merônimos também numerosa, cuja marcação morfológica difere do caso dos demais inalienáveis, por não poder ocorrer sem a expressão de um possuidor.

²⁰ Um pequeno grupo de formas supletivas relativas a certos termos de parentesco, cerca de meia dúzia, pode ocorrer na forma não-possuída apenas no caso de vocativo, em que o falante é interpretado como o possuidor.

Ainda que em número reduzido, há casos de merônimos na língua codificados sob a forma de nomes alienáveis, tais como, no quadro 2, *maky* ‘castanha’/ *nymakyte* ‘minha castanha’, merônimo do holônimo castanheira, marcado em sua forma possuída pelo sufixo *-te*. Já o merônimo *xirika* ‘seringa, látex’/ *nhixirikane* ‘minha seringa’, recebe outro sufixo marcador de posse alienável, *-ne*; note-se que tal nome é um empréstimo do português da palavra “seringa”, adaptado para a fonologia da língua Apurinã.

O merônimo *ãatxapata* ‘forquilha’/ *nyãatxapatare* ‘minha forquilha’, conforme discutido em seção anterior deste artigo, tem como holônimo o nome *ãamyna* ‘árvore’. Este foi o único caso de merônimo marcado por *-re*, atestado no *corpus* da pesquisa. Vale dizer que, em Apurinã, esse tipo de marcação morfológica para nomes alienáveis aplica-se a um número bastante reduzido de palavras, cerca de uma dúzia de nomes.

Como exemplo de nome alienável marcado na forma não possuída por *-ry* e na forma possuída por *-re*, conforme quadro 2, temos *txipukury* ‘fruta’/ *nhitxipukure* ‘minha fruta’, também merônimo do holônimo *ãamyna* ‘árvore’.

Assim, a partir dos exemplos constantes nos quadros 1 e 2, foi possível traçar um perfil semântico e morfossintático dos merônimos em Apurinã, sendo possível afirmar que, apesar do elevado grau de complexidade semântica, lexical e morfossintática envolvida nos usos dos merônimos em Apurinã, há também sistematicidade nesses usos.

Considerações finais

Na presente pesquisa, buscou-se mostrar como se configura a meronímia em Apurinã, em seus aspectos semântico e morfossintático. Para tanto, partiu-se da literatura linguística sobre o conceito de meronímia, com base em Cruse (2011) e Winston, Chaffin e Herrmann (1987), bem como se buscou verificar como outras línguas indígenas da América do Sul codificam casos de meronímia, com base em Klein (2000) para, então, descrever o comportamento morfossintático dos merônimos em Apurinã, que se destacam por sua forte ligação com as noções de posse e (in)alienabilidade.

Os dados analisados, a partir de um *corpus* de dados lexicais e textuais contidos em Facundes (2000), Freitas (2017) e Lima-Padovani (2020), mostraram que os merônimos em Apurinã se enquadram nos subtipos semânticos propostos por Winston, Chaffin e Herrmann (1987).

Do ponto de vista morfossintático, pôde-se constatar que a maioria dos merônimos na língua segue o padrão de marcação de nomes inalienáveis, muito embora haja casos de merônimos que seguem os diferentes padrões de marcação de nomes alienáveis, constituindo um número bastante reduzido de casos, em comparação com a quantidade de merônimos inalienáveis.

A pesquisa demonstrou haver complexidade semântica e morfossintática no âmbito das relações meronímicas em Apurinã, mas que, ao mesmo tempo, essas relações são codificadas de modo bastante sistemático. Do ponto de vista estritamente linguístico, pesquisas como as apresentadas neste artigo, voltadas para o fenômeno meronímia em línguas indígenas, contribuem para estudos tipológicos envolvendo línguas indígenas da América do Sul, dada a carência de estudos dessa natureza (apenas

o trabalho de KLEIN (2000) foi encontrado sobre esse assunto). Em se tratando de um aspecto mais amplo, relativo ao reconhecimento da pluralidade cultural e linguística existente em nosso país, este trabalho contribui não só para a documentação da língua Apurinã, mas também é matéria prima para a elaboração de materiais didáticos que servirão para ensinar Apurinã para esse povo, que está perdendo um dos traços mais importantes de sua identidade, sua própria língua.

Referências

BRANDÃO, A, P. B. *Dicionário de Fauna e Flora Apurinã*. Belém, (Trabalho de Conclusão de Curso). Pará: Universidade Federal do Pará, 2006.

CRUSE, Alan. *Meaning in Language: an introduction to Semantics and Pragmatics*. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press. 2011.

FACUNDES, Sidney da Silva. *Possession and Unpossession in Apurinã (Maipuran)*. In: LSA Parassession: Languages South of Rio Bravo. Nova Orleans. Conference Proceedings of LSA Parassession: Languages South of Rio Bravo, 1995.

FACUNDES, Sidney da Silva. *The Language of The Apurinã People of Brazil (Maipure/Arawak)*. Nova York, Bufalo: Faculty of the Graduate School of State University of New York at Buffalo (Tese de Doutorado), 2000.

FREITAS, M. F. P. de. *A Posse em Apurinã: descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruák*. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará (Tese de Doutorado), 2017.

FREITAS, M. F. P. de. *et al. Pupykary Tywy, Takarena, Íthu Ykynypuku: palavras para objetos, plantas, corpo e suas partes em Apurinã*. 1. ed. – Universidade Federal do Pará – Belém, Pará, p. 63, (no prelo).

PAYNE, David L. Classification of Maipuran (Arawakan) Languages Based on Shared Lexical Retentions. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. *Handbook of Amazonian Languages languages*. [S.l.:s.n.], v. 3, pp. 355-499, 1991.

SOUSA, Catarina Ribeiro de. *Extração semiautomática de Hiperônimos e Merônimos*. 46 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa e Comparada – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2013).

STASSEN, Leon. *Predicative Possession*. New York: Oxford University Press, 2009.

WINSTON, M.; CHAFFIN, R.; HERRMANN, D. A Taxonomy of Part-Whole Relations. *Cognitive Science*, v. 11, pp. 417-44, 1987. Disponível em: <http://csjarchive.cogsci.rpi.edu/1987v11/i04/p0417p0444/MAIN.PDF>. Acesso em: 17 set. 2020.